

Editorial

O LIXO NÃO
É UM LUXO

O governo estadual está comemorando o fato de, em menos de dez anos, ter mais que dobrado a população beneficiada com alguma forma de tratamento do lixo urbano. Em 2003, o processo beneficiava 19,2% da população; no final do ano passado, eram 50,2%, ou 8,2 milhões de pessoas.

O dado é resultado do programa “Minas sem lixões”, que pretende reduzir em 80% os números desse sistema – o mais precário, porque o lixo neles depositado não recebe nenhum tratamento. Hoje, 409 municípios mineiros ainda têm lixões. Alguns, nem isso: o lixo é jogado ao léu, em terrenos baldios e em cursos d’água.

Entre os municípios que implantaram sistemas adequados de disposição de resíduos, 58 têm aterros sanitários, 273 possuem aterros controlados e 113 optaram por usinas de triagem e compostagem. A lei nº 18.131, de 2009, incentiva os municípios a implantar a coleta seletiva; 34 o fizeram no ano passado.

Mas há muito o que fazer ainda. Quase 50% da população não tem acesso a sistemas adequados de disposição do lixo. Para equacionar o problema, o governo propõe a formação de consórcios intermunicipais, pelos quais dois ou mais municípios se unem num só empreendimento, dividindo custos de implantação e operação.

Já criados em algumas regiões – em Belo Horizonte, a planta foi negociada com Sabará –, os consórcios consolidam uma política pública de disposição dos resíduos. Ao coobrigar os municípios associados, ela induz a que os lixões se transformem em, pelo menos, aterros controlados e evita que esses voltem a ser lixões.

A disposição do lixo urbano é um problema municipal que exige a adesão dos cidadãos. No entanto, a população como um todo tem um baixo nível de compreensão dele. Os administradores refletem isso, descuidando de que grande parte do lixo pode ser aproveitado, inclusive para fins energéticos. Já disseram, e é fato, que o tratamento dado ao lixo mostra o estágio cultural de uma civilização.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR	Vittorio Medioli
PRESIDENTE	Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE	Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO	Teodomiro Braga
DIRETOR FINANCEIRO	Marcos de Oliveira e Souza
GERENTE COMERCIAL	EDITORA EXECUTIVA
Leandro Figueiredo	Lúcia Castro
GERENTE DE TECNOLOGIA	SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO
Fábio A. Santos	Michele Borges da Costa
GERENTE INDUSTRIAL	Regiane Marques Sampaio
Guilherme Reis	ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	Aline Reskalla
Walmir Prado	EDITORES
GERENTE DE MARKETING	Primeira Página: Robert Wagner
Alessandra Soares	Opinião: Victor de Almeida
	Economia: Karlon Aredes
	Política: Carla Kreefft
	Magazine: Silvana Mascagna
	Fotografia: Leonardo Lara
	Brasil/Mundo: Carla Chein
	Esportes: Denner Taylor
	Cidades: Carla Alves

O.PINIÃO

Duke



DUKE

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Afinal, o que é uma democracia sem direitos humanos?

Por que as FFAA têm de herdar a pecha de criminosas?

As polêmicas acerca do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, tão-somente uma diretriz de trabalho, provocam uma efervescência neuronal em quem tem deferência pela liberdade e a vê como um valor que perpassa todas as gerações de direitos humanos. Os “contra” se despiram da noção de pluralismo moral e fazem de conta que os direitos humanos não são protetores da humanidade, “apenas acobertam delinquentes sem colarinho; camponeses em busca de um naco de chão; gays e lésbicas que se amam, e mulheres que ousam exercer o direito de decidir” – todos “gentinha da pior laia”, sem selo humano. É desfaçatez em demasia!

A Igreja Católica, despidoradamente, insiste em querer imprimir ao Estado brasileiro ares de teocracia católica e não contém o ranço histórico de desrespeito à pluralidade inerente à democracia. O que dizer de figuras que defendem o acobertamento de crimes horrendos, a maioria de domínio público, quando é dever de ofício, são pagas para tanto, defender a plenitude democrática? É o striptease em defesa da inimpugnabilidade de agentes públicos pelos crimes cometidos na ditadura militar de 1964 tentando acuar uma nação.

Indago ainda por que permitir, irresponsavelmente, que a imagem da instituição e um contingente expressivo das Forças Armadas, a ala jovem e outros tantos, na ativa e na reserva, que não praticaram crimes, têm de herdar a pecha de criminosos? É injusto que nos calemos para que assim seja. A Comissão da Verdade libertará os inocentes da pesada cruz dos crimes cometidos por alguns fascistas e socio-

patas de outros naipes.

Li o mais que pude os contra-argumentos veiculados. Fui tomada de uma espécie de intolerância ética pela irracionalidade verborrágica dos “contra” e de enorme gratidão à democracia possível em que vivemos, que dá voz aos desatinados, escancarando entranhas e mostrando quanta quilometragem temos de percorrer até a democracia necessária a uma vida decente, de respeito irrestrito aos direitos humanos.

Na condição de trabalhadora que constrói as riquezas nacionais e tem

A história mostra que não se constrói uma democracia consistente sobre escombros de crimes hediondos impunes e valores teocráticos

consciência de que o dinheiro público, fruto de cada tostão do suor de quem trabalha, irriga abundantemente, direta e indiretamente, a Igreja Católica no Brasil, assim como garante a existência e os salários das Forças Armadas, eu me pergunto: por que alguns se acham no direito de entravar as liberdades democráticas? A história da humanidade demonstra que não se constrói uma democracia consistente sobre escombros de crimes hediondos impunes e valores teocráticos. Logo, considero que o contido no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos é um passo decisivo para um país de fato de todos nós.

Ter ou não uma religião é um direito constitucional no Brasil. As religiões devem ser dignas dos papéis que as definem como religiões. Quando se metem a regulamentar a vida social e política para além dos seus fiéis e da garantia de livremente existirem, são nocivas à democracia. O que dizer de uma religião que vive de enganar, pois usa dupla identidade – ora se apresenta como religião, ora como Estado (o Vaticano) – ao sabor das conveniências, que prega e pratica a misoginia em pleno século 21; desconhece e desrespeita os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de seu clero e de sua segunda divisão, as freiras, porém dá guarida a crimes clericais de natureza sexual; se comporta como se tivesse mandato divino sobre os corpos das mulheres, e ainda quer que as leis de um país laico sigam sua doutrina?

Que ridícula!

DUKE

